



**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

Entre:

- 1) Município da Marinha Grande, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça Guilherme Stephens, Marinha Grande, NIPC 505 776 758, representado por, Paulo Jorge Campos Vicente, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, adiante designado como entidade concedente ou primeiro outorgante; e
- 2) Grupo Desportivo "Os Vidreiros", pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede no Casal do Birne, Picassinos, 2430 Marinha Grande, NIPC 500885044, representada por Vítor João Pedrosa Agostinho, na qualidade de Presidente de Direção e Paulo Norberto Cruel, na qualidade de Tesoureiro, adiante designada como entidade beneficiária ou segundo outorgante.

Considerando que:

- a) Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.
- b) Compete à Câmara Municipal apoiar entidades e atividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- c) Os apoios ou participações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto).
- d) As entidades beneficiárias de apoios ou participações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o artigo 46.º, n.º 4, da Lei n.º 5/2007.
- e) Os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objeto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

É celebrado o presente contrato-programa nos seguintes termos:

**Cláusula 1.ª**  
**Objeto do contrato**

- 1 - O presente contrato tem por objeto a execução de um programa de desenvolvimento desportivo apresentado pela entidade beneficiária.
- 2 - O programa de desenvolvimento desportivo, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, devendo a sua justificação e a avaliação dos resultados esperados ser objeto de permanente acompanhamento por parte do primeiro outorgante.

Página 1 de 4



**Cláusula 2.ª****Obrigações do segundo outorgante**

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral do programa de desenvolvimento desportivo;
- b) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- c) Afetar o apoio financeiro concedido exclusivamente à execução do programa objeto deste contrato;
- d) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- e) Prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- f) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- g) Elaborar e enviar à entidade concedente, até 30 de julho de 2016, um relatório sobre a execução do contrato-programa, tendo em conta a justificação e os resultados esperados do programa de desenvolvimento desportivo;
- h) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela entidade concedente que respeitem à execução do programa;
- i) Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes, beneficiários e outros, a celebração deste contrato-programa.
- j) Organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos pelo presente contrato-programa e a identificação das receitas.

**Cláusula 3.ª****Duração do contrato**

O presente contrato vigora até ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela entidade beneficiária.

**Cláusula 4.ª****Comparticipação financeira**

- 1 — Pela execução do programa de desenvolvimento desportivo o segundo outorgante é beneficiário de um apoio financeiro por parte do primeiro outorgante no valor de **6.332,00€ (seis mil trezentos e trinta e dois euros)**.
- 2 — A participação financeira corresponde ao valor que resulta da aplicação dos critérios de financiamento aos dados remetidos pela **Associação de Futebol de Leiria** bem como ao tipo de campeonato que as equipas se encontram a disputar.
- 3 — A restante componente financeira e quaisquer outros custos necessários à implementação do objeto deste contrato são suportados pela entidade beneficiária.
- 4 — A participação financeira é **liquidada na totalidade até ao dia 28 de dezembro de 2015, mediante prévia confirmação escrita do início da realização do programa de desenvolvimento desportivo por parte dos serviços municipais responsáveis pela gestão do presente contrato.**
- 5 — Para efeitos do disposto no número anterior a entidade beneficiária de apoios financeiros deve prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril.
- 6 - O pagamento da participação financeira depende da inexistência, à data do mesmo, de uma situação de incumprimento por parte do beneficiário das suas obrigações fiscais, para com a segurança social e para com a entidade concedente.






7 - O segundo outorgante deve apresentar ainda, até 30 julho de 2016, relatório de receitas e despesas no âmbito do presente contrato, com inclusão de fotografias, lista dos atletas inscritos e apoiados na época de 2015/2016, bem como lista dos jogos/competições realizadas durante a época desportiva de 2015/2016, acompanhado de documentos comprovativos de todas as despesas efetuadas relativas ao presente contrato.

8 - A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica:06/040701; cabimento n.º 2854/2015; compromisso n.º 2749;

9 - Em caso algum, será efetuado pelo primeiro outorgante qualquer pagamento no âmbito do presente contrato no ano de 2016 e subsequentes.

10 - Apenas serão suportados os encargos diretamente relacionados com objeto do presente contrato e até ao limite estabelecido no n.º 1.

11 - A entidade beneficiária deve comunicar, impreterivelmente até 18 de dezembro de 2015, mas sempre em data anterior ao pagamento da presente comparticipação, à entidade concedente se recebeu ou vai receber qualquer outro apoio proveniente de uma entidade pública, que seja suscetível de se refletir no cômputo global do apoio concedido em função do valor total do investimento considerado.

#### Cláusula 5.ª

##### Acompanhamento e controlo deste contrato

1 - O primeiro outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

2 - A entidade beneficiária deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do presente contrato.

3 - A entidade beneficiária da comparticipação financeira inclui nos seus relatórios anuais de atividade uma referência expressa à execução do contrato-programa.

4 - A execução do objeto do presente contrato deve ser acompanhada pelos serviços municipais responsáveis pela sua gestão, no termo da qual deve ser elaborado um relatório fundamentado.

#### Cláusula 6.ª

##### Revisão

O presente contrato pode ser modificado nos termos do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

#### Cláusula 7.ª

##### Suspensão

Os benefícios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato suspendem-se se a entidade beneficiária se encontrar, em qualquer momento, em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais, para com a segurança social ou para com a entidade concedente.

#### Cláusula 8.ª

##### Cessação

1 - O presente contrato cessa:

a) Quando estejam concluídas todas as obrigações assumidas pelo segundo outorgante;





- b) Quando, por causa imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos;
- c) Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
- d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009;
- e) Quando não forem apresentadas as informações e ou os documentos a que se refere a alínea h) da cláusula 2.ª.

2 - A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

3 - A cessação antecipada do contrato é precedida de audiência do segundo outorgante, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

**Cláusula 9.ª****Direito à restituição**

1 - O incumprimento culposo do contrato-programa, por parte da entidade beneficiária da comparticipação financeira, confere à entidade concedente o direito a reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.

2 - É aplicável o disposto no artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

**Cláusula 10.ª****Publicidade**

O presente contrato deve ser publicitado nos termos do n.º 1, do artigo 27.º, do decreto-Lei n.º 273/2009.

**Cláusula 11.ª****Omissões**

Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e as demais normas de direito administrativo.

**Cláusula 12.ª****Efeitos**

1 - O presente contrato produz efeitos reportados à data de 01 de setembro de 2015.

2 - O presente contrato-programa foi aprovado através de deliberação da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2015.

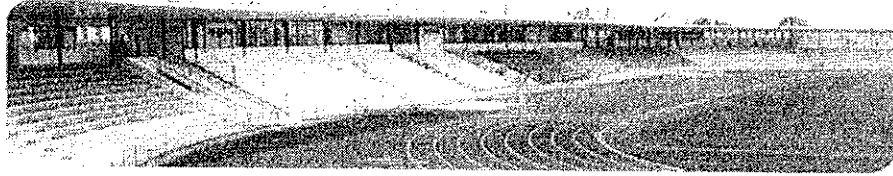
Marinha Grande, 16 de dezembro de 2015.

1º Outorgante

2º Outorgante

Grupo Desportivo  
C.A.S. VILAROSA  
Cont. N.º 500.895.944  
PICASSIOS  
2430 MARINHA GRANDE





PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ANO DE 2015/2016

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE REQUERENTE:

GRUPO DESPORTIVO "OS UDEIROS"

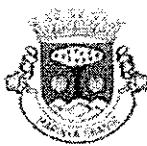
CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE  
 ADMINISTRAÇÃO  
 30 SET. 2015  
 N.º 8185/2015

A  
DLO  
Cedec

PARA:  
MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
PRAÇA GUILHERME STEPHENS  
2430-950 - MARINHA GRANDE  
TEL: 244 573 300 FAX: 244 581 710



PRESIDENTE  
 EM R.  
 23 DEZ. 2015  
 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE



**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**  
ANO DE 2014/2015

**0. Objectivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo**

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 2 de Outubro, que aprova o regime jurídico dos contratos-programas de desenvolvimento desportivo, a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos bem como de patrocínios desportivos, por parte do Estado, Regiões Autónomas ou Autarquias Locais, carece da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo entre a entidade concedente e a entidade beneficiária.

De acordo com o artigo 8.º, a concessão de apoios mediante a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, os seguintes objectivos:

- a) Enquadrar a execução de programas concretos de promoção da actividade física e de desporto;
- b) Fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- c) Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;
- d) Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- e) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições em base nas quais os apoios são concedidos.

O n.º 1 do artigo 11.º impõe a necessidade das associações e clubes desportivos que se proponham à realização de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com a Autarquia Local, que estes integrem, no respectivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o seu programa de desenvolvimento desportivo objecto dessa comparticipação. Acresce ainda referir que no n.º 2 do mesmo artigo clarifica-se a que se considera por programas de desenvolvimento desportivo:

- a) Os planos regulares de acção das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas;
- b) Os planos de acção específicos destinados a promover e divulgar a actividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;
- c) Os projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;
- d) As iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, da documentação, da investigação ou das relações com organismos internacionais.

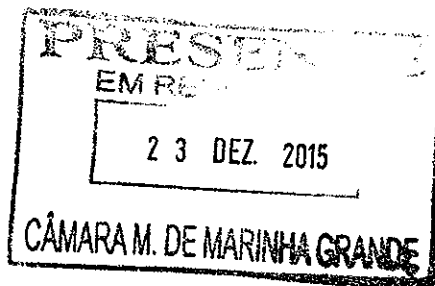
O artigo 12.º define claramente o seu n.º 1 os elementos que os programas de desenvolvimento desportivos devem conter, assim:

- a) Descrição e caracterização específica das actividades a realizar;
- b) Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar;
- c) Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa;
- d) Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respectivos cronogramas ou escalonamentos;
- e) Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecido pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras comparticipações, financiamentos ou patrocínios e respectivas condições;
- f) Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades;
- g) Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se as houver;
- h) Calendarização global de execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- i) Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade outorgante do contrato, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção.

O n.º 2 do mesmo artigo refere que quando o programa tiver em vista a construção de instalações ou equipamentos desportivos deve, ainda, além dos elementos referidos no número anterior, conter a planta da respectiva localização e os estudos prévios ou descrições técnicas necessárias à sua aprovação.

Por último no n.º 3 impõe que se estiver prevista a participação de terceiras entidades no contrato-programa, devem estas ser igualmente identificadas na proposta, com indicação dos respectivos direitos e obrigações.

Assim, no sentido de facilitar a elaboração deste programa de desenvolvimento desportivo, a Câmara Municipal da Marinha Grande, desenvolveu o presente documento que deverá ser preenchido mediante a candidatura a efectuar e remetido à Divisão de Cidadania e Desenvolvimento do Município da Marinha Grande.





**1.ª Parte - Conteúdo Funcional**

**1. Programa de Desenvolvimento Desportivo**

\* caracterizar o programa de desenvolvimento desportivo, seleccionando, indicando com uma cruz (X), a(s) área(s) a que respeita esta candidatura. (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2005, de 1 de Outubro)

- Plano de acção regular que visa o desenvolvimento de uma ou mais modalidades desportivas;
- Plano de iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto;
- Projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;

**2. Objecto do Programa de Desenvolvimento Desportivo**

\* neste campo deve a entidade elaborar uma breve descrição e caracterização específica das actividades a realizar, indicando as diversas modalidades, escalões, campeonatos e provas oficiais que irá disputar, bem como a justificação do programa de desenvolvimento desportivo. Ver (alínea a) e b) n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2005, de 1 de Outubro)

As actividades desportivas a realizar serã a nível do futebol.

Participação no Campeonato Nacional de Promoção Senior Feminino.  
Taca de Portugal com a equipa Senior Feminino.

Campeonato Distrital de Seniors e Taca Distrital a nível da equipa Senior Feminino. (Futebol de sete)

Campeonato Distrital de 1.ª Divisão Distrital e Taca Distrital a nível Senior masculino.

Campeonato Distrital Seniors equipa Seniores Feminino.

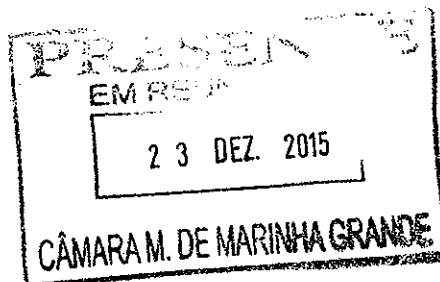
**3. Quantificação dos Resultados Esperados com a Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo**

\* neste campo deve a entidade preencher os resultados, quantitativos e qualitativos, que pretende alcançar com o programa de desenvolvimento desportivo (alínea c) n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2005, de 1 de Outubro)

Promover a pratica desportiva a nível federado do atleta do clube e melhorar os resultados alcançados na efoca Nacional.

Formulário de candidatura nº 1  
Versão 02/2015

Modelo de candidatura nº 1









**8. Previsão de Custos e de Receitas**

\* nestes campos deve a entidade preencher os custos e as receitas individualizadas por modalidade desportiva constante o programa de desenvolvimento desportivo (linha d) n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, (de 1 de Outubro)

Tabela 2-A Tabela a preencher com todas as despesas previstas (orçamentadas) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B.

| Modalidade Desportiva | Descrição Sumária da Despesa                       | Despesa Prevista |
|-----------------------|--|------------------|
| Futebol               | Custo de Funcionamento da Modalidade:              | 5.500            |
|                       | Remuneração pessoal técnico                        | 600              |
|                       | Conservação e reparação de materiais desportivos   | 1.550            |
|                       | Aquisição de equipamentos desportivos              | 2.400            |
|                       | Conservação, reparação e manutenção de instalações |                  |
|                       | Inscrições e seguros de atletas                    | 5.420            |
|                       | Alimentação e estadia                              |                  |
|                       | Outros custos                                      | 2.550            |
|                       | Total  | 18.020 €         |
|                       | Custo de Funcionamento da Modalidade:              |                  |
|                       | Remuneração pessoal técnico                        |                  |
|                       | Conservação e reparação de materiais desportivos   |                  |
|                       | Aquisição de equipamentos desportivos              |                  |
|                       | Conservação, reparação e manutenção de instalações |                  |
|                       | Inscrições e seguros de atletas                    |                  |
|                       | Alimentação e estadia                              |                  |
|                       | Outros custos                                      |                  |
|                       | Total  | €                |
|                       | Custo de Funcionamento da Modalidade:              |                  |
|                       | Remuneração pessoal técnico                        |                  |
|                       | Conservação e reparação de materiais desportivos   |                  |
|                       | Aquisição de equipamentos desportivos              |                  |
|                       | Conservação, reparação e manutenção de instalações |                  |
|                       | Inscrições e seguros de atletas                    |                  |
|                       | Alimentação e estadia                              |                  |
|                       | Outros custos                                      |                  |
|                       | Total  | €                |
|                       | Custo de Funcionamento da Modalidade:              |                  |
|                       | Remuneração pessoal técnico                        |                  |
|                       | Conservação e reparação de materiais desportivos   |                  |
|                       | Aquisição de equipamentos desportivos              |                  |
|                       | Conservação, reparação e manutenção de instalações |                  |
|                       | Inscrições e seguros de atletas                    |                  |
|                       | Alimentação e estadia                              |                  |
|                       | Outros custos                                      |                  |
|                       | Total  | €                |

Assinatura e rubrica do Presidente da Câmara Municipal

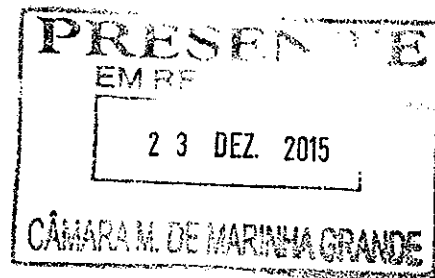




Tabela 2-B Tabela a preencher com todas as receitas previsionais (orçamentadas) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

| Modalidade Desportiva | Descrição Sumária da Receita            | Receita Prevista |
|-----------------------|---|------------------|
| Futebol               | Receita de Funcionamento da Modalidade: |                  |
|                       | Formação / Camadas jovens               |                  |
|                       | Patrocínios / Publicidade               | 1850             |
|                       | Bilhetaria                              | 550              |
|                       | Subsídios da Câmara Municipal           | 6332             |
|                       | Subsídios de outras entidades públicas  |                  |
|                       | Apoios e donativos particulares         | 6200             |
|                       | Outras receitas                         | 3300             |
|                       | <b>Total:</b>                           | <b>18232€</b>    |
|                       | Receita de Funcionamento da Modalidade: |                  |
|                       | Formação / Camadas jovens               |                  |
|                       | Patrocínios / Publicidade               |                  |
|                       | Bilhetaria                              |                  |
|                       | Subsídios da Câmara Municipal           |                  |
|                       | Subsídios de outras entidades públicas  |                  |
|                       | Apoios e donativos particulares         |                  |
|                       | Outras receitas                         |                  |
|                       | <b>Total:</b>                           | <b>€</b>         |
|                       | Receita de Funcionamento da Modalidade: |                  |
|                       | Formação / Camadas jovens               |                  |
|                       | Patrocínios / Publicidade               |                  |
|                       | Bilhetaria                              |                  |
|                       | Subsídios da Câmara Municipal           |                  |
|                       | Subsídios de outras entidades públicas  |                  |
|                       | Apoios e donativos particulares         |                  |
|                       | Outras receitas                         |                  |
|                       | <b>Total:</b>                           | <b>€</b>         |
|                       | Receita de Funcionamento da Modalidade: |                  |
|                       | Formação / Camadas jovens               |                  |
|                       | Patrocínios / Publicidade               |                  |
|                       | Bilhetaria                              |                  |
|                       | Subsídios da Câmara Municipal           |                  |
|                       | Subsídios de outras entidades públicas  |                  |
|                       | Apoios e donativos particulares         |                  |
|                       | Outras receitas                         |                  |
|                       | <b>Total:</b>                           | <b>€</b>         |

Nome do Deputado: \_\_\_\_\_  
 Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_\_\_

**PRESENTE**  
 EM REUNIÃO DE:  
 23 DEZ 2015  
 CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA





9. Destino dos bens adquiridos ao abrigo do programa e outras informações

\* neste campo deve a entidade indicar qual o destino dos bens adquiridos ao abrigo do programa se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade beneficiária e outras informações que considere relevantes na análise do programa de desenvolvimento desportivo

10. Responsáveis pela assinatura do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

O contrato-programa de desenvolvimento desportivo deverá ser obrigatoriamente assinado pelos responsáveis da entidade, de acordo com a forma de anexo. Assim deve indicar o nome completo e o cargo que desempenha.

Responsável 1:

Nome: João Pedro Rodrigues Aguiar

Membro da direcção com as funções de: Presidente Direcção

Responsável 2:

Nome: Paula Valberto Cuel

Membro da direcção com as funções de: Tesoureiro

11. Assinatura do Programa de Desenvolvimento Desportivo

O Programa de Desenvolvimento Desportivo deve ser acompanhado pelas declarações válidas de não dívida às Finanças e à Segurança Social, devendo existir o consentimento expreso para a consulta da situação tributária por parte dos serviços da Câmara Municipal.

O presente documento deverá ser devidamente assinado e carimbado pelo Presidente da direcção, ou um seu representante.

GRUPO DESPORTIVO  
"OS VIDREIROS"  
N.º 100 883 044  
CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

12. Relatório Final do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Três meses após a conclusão do Programa de Desenvolvimento Desportivo, terá de ser elaborado e enviado um relatório, à Câmara Municipal de Marinha Grande, até 31 de Julho de 2015, que avalie os pontos n.º 2, 3, 7 e 8 deste Programa, conforme disposto no n.º 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 272/2002, de 1 de Outubro.

Recebido em 30, 9, 2015 por Paula  
(a preencher pela Divisão Cidadania e Potencialimento)

Registo nº 100883044  
N.º 272/2002

EM PRESENÇA DE:  
23 DEZ. 2015  
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE